

29/10/2019

SEI/MJ - 10061568



10061568



08027.000882/2019-35



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO MINISTRO

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 29/10/2019 às 09h 38	
Servidor	Ponto
882650	
Portador	

OFÍCIO Nº 2502/2019/AFEPAR/MJ

Brasília, 25 outubro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Federal SORAYA SANTOS
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 1324/2019, de autoria do Deputado Federal Jesus Sérgio - PDT/AC.**

Referência: **Ofício 1aSec/RI/E/nº 792/19**

Senhora Primeira Secretária,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 1324/2019, de autoria do Deputado Federal Jesus Sérgio (PDT/AC) para encaminhar a Vossa Excelência informações *"acerca das denúncias apresentadas no relatório da Humans Rights Watch sobre as causas do desmatamento e das queimadas na Amazônia"*, nos termos do Despacho nº 725/2019/CGOF/SPO/SE/MJ e do Despacho DMAPH/CGPFAZ/DICOR/PF, que seguem anexos com documentação correlata.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

LUIZ PONTEL DE SOUZA

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública - Substituto



Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10061568** e o código CRC **33651A45**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXOS

1. Despacho nº 725/2019/CGOF/SPO/SE/MJ (10088034);
2. Despacho DMAPH/CGPFAZ/DICOR/PF 12574182 e Despacho SEAPRO/PF 12717166 (10036511).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000882/2019-35
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-9001 Site: - www.justica.gov.br

SEI nº 10061568



10088034



08027.000882/2019-35



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (entrada)

Despacho nº 725/2019/CGOF/SPO/SE/MJ

Destino: **SPO**

Assunto: **Acesso à Informação: Requerimento Parlamentar de Informação**

1. Trata-se de Despacho nº 1335/2019/SPO/SE/MJ (10086996) que solicita análise e manifestação desta Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF quanto ao teor do OFÍCIO Nº 2524/2019/AFEPAR/MJ (10086725) que encaminha o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 1324/2019, de autoria do Deputado Federal Jesus Sérgio - PDT/AC, apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados, em 18/09/2019, assim ementado:

"Solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, acerca das denúncias apresentadas no relatório da Humans Rights Watch sobre as causas do desmatamento e das queimadas na Amazônia".

2. Quanto aos aspectos orçamentários, informa-se que a publicação do Decreto nº 10.041, de 3 de outubro de 2019 que alterou o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, para atualizar a vinculação de entidades da administração pública federal e que vinculou a Fundação Nacional do Índio – Funai ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, cumprindo o requisito previsto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 para a efetivação, pelo Ministério da Economia, do previsto no art. 54º da Lei nº 13.707 de 14 de agosto de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentária de 2019), mais conhecido como “De PARA”.

Decreto nº 10.041, de 3 de outubro de 2019

Art. 2º O artigo único do Anexo ao Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

XI - ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:

a) Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; e

b) Fundação Nacional do Índio - Funai;

.....” (NR)

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019

Seção X

Da Aplicação para a Administração Pública Federal Indireta

*Art. 84. As disposições desta Lei que gerem alteração de competência ou de estrutura de autarquias ou fundações públicas **somente serão aplicadas após a entrada em vigor da alteração das respectivas estruturas regimentais ou estatuto.***

Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018.

Art. 54. Ato do Poder Executivo poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 4º, inclusive os títulos, descritores, as metas e os objetivos, assim como o detalhamento por esfera orçamentária, GND, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, e de resultado primário. (Vide Medida Provisória nº 870, de 2019).

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.

3. O remanejamento das dotações autorizadas pela Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, Lei Orçamentária da União de 2019, pertencentes à Fundação Nacional do Índio – Funai, do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos – MMFDH e do Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o Ministério da Justiça e Segurança pública – MJSP, foi efetivado pelas portarias da Secretaria Especial da Fazenda do Ministério da Economia, nº 7.198, de 22 de outubro de 2019 (relativa ao orçamento discricionário) e nº 6.777, de 17 de outubro de 2019 (relativa ao orçamento obrigatório). Restando a efetivação de portaria remanejando o orçamento relativo a emendas impositivas.
4. A Portaria nº 7.198, de 22 de outubro de 2019 transferiu dotações orçamentárias constantes do Orçamento Fiscal da União, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 166.671.197,00.
5. A Portaria nº 6.777, de 17 de outubro de 2019 transferiu dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 461.690.930,00.
6. No requerimento consta a seguinte indagação:
 - a) Em 7 anos, no período 2012 / 2019, a Funai perdeu quase 900 servidores e perdeu também importância na estrutura de governo. Qual o valor contingenciado do órgão no orçamento de 2019 e qual o valor reservado no orçamento 2020?
7. Em 2019 a Funai **não possui orçamento contingenciado**, ou seja, todo o seu orçamento discricionário encontra-se disponível para utilização, qual seja, R\$ 166.671.197,00.
8. Para 2020 a proposta orçamentária encaminhada para o Congresso Nacional contempla um orçamento discricionário de R\$ 161.674.429,00. Destaca-se que o orçamento para 2020 encontra-se pendente de aprovação e está sujeito a alterações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 25/10/2019, às 19:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10088034** e o código CRC **05DCDE6D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a->

29/10/2019

SEI/MJ - 10088034 - Despacho



sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08027.000882/2019-35

SEI nº 10088034

Criado por david.freitas, versão 4 por david.freitas em 25/10/2019 19:27:03.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO -
DMAPH/CGPFAZ/DICOR/PF

Assunto: **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO PARLAMENTAR (RIC) Nº 1324/2019**

Destino: **CGPFAZ/DICOR**

Processo: **08027.000882/2019-35**

Interessado: **AFEPAR/MJ**

1. Ciente do Despacho DICOR/PF 12552868.
2. Trata-se do Requerimento de Informação Parlamentar nº 1324/2019, de autoria do Deputado Federal Jesus Sérgio - PDT/AC, solicitando manifestação acerca das "denúncias apresentadas no relatório da *Humans Rights Watch* sobre as causas do desmatamento e das queimadas na Amazônia".
3. As questões levantadas pelo congressista são as seguintes:
 - a) Em 7 anos, no período 2012 / 2019, a Funai perdeu quase 900 servidores e perdeu também importância na estrutura de governo. Qual o valor contingenciado do órgão no orçamento de 2019 e qual o valor reservado no orçamento 2020?
 - b) Com base na realidade mostrada pelo relatório da Humans Rights Watch, qual a política do Ministério da Justiça e Segurança Pública para atacar as organizações criminosas que estão promovendo derrubadas e queimadas na Amazônia?
 - c) Com base no relatório da Humans Rights Watch, por que o Ministério da Justiça não determina a federalização das ameaças e dos crimes cometidos para investigação pela Polícia Federal, quando esses se dão por disputa de terra?
4. Inicialmente, com relação a questão posta na alínea "a", sugere-se que o pedido seja direcionado à FUNAI.
5. No que se refere à alínea "b", cabe pontuar que de acordo com o artigo 144 § 1º incisos I e IV da Constituição Federal^[1] compete à Polícia Federal o exercício, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, bem como a apuração de infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei. Dentro desse contexto, a atividade repressiva exercida pela Polícia Federal no contexto dos delitos ambientais está restrita aos crimes ambientais federais, ou seja aqueles praticados em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.
6. Para exercer a sua missão constitucional de apurar os crimes ambientais federais, a Polícia Federal conta com 27 (vinte e sete) Delegacias de Repressão a Crimes Ambientais e contra o Patrimônio Histórico nos Estados, as quais estão vinculadas tecnicamente à Divisão de Repressão a Crimes Ambientais e contra o Patrimônio Histórico em Brasília/DF.
7. Ao longo dos últimos anos, a Polícia Federal tem mantido em alto nível a sua atuação na questão dos crimes ambientais. Nos últimos 5 anos, a polícia federal realizou 694 (seiscentos e noventa e quatro) operações de polícia judiciária na área ambiental. Somente na região da Amazônia Legal foram realizadas 284 (duzentos e oitenta e quatro) operações de repressão a crimes ambientais, sendo que em 95 (noventa e cinco) houve o emprego de recursos extraordinários e de técnicas especializadas de investigação criminal - operações especiais de polícia judiciária, que têm como foco exatamente a desestruturação e a descapitalização do crime organizado.

8. No âmbito do Decreto de Garantia da Lei e da Ordem Ambiental - GLOA, a Polícia Federal incrementou o seu efetivo na região de Altamira/PA, enviando 30 Policiais Federais para atuarem na primeira fase da operação. Ademais, foi solicitado às unidades regionais e descentralizadas a elaboração de planejamentos operacionais inseridas no âmbito da Amazônia Legal para a realização de ações céleres e efetivas de repressão a crimes ambientais, aproveitando-se da estrutura logística disponibilizada na região pelas Forças Armadas durante o período de GLOA. Tais medidas resultaram na deflagração de mais de 20 operações na região da Amazônia Legal, com cerca de 40 prisões, 50 mandados de busca e apreensão, o fechamento de mais de 20 garimpos e a inutilização de diversos equipamento empregados na prática dos crimes ambientais como por exemplo 60 balsas na Operação Korubo no oeste do Estado do Amazonas.

9. Por fim, quanto a alínea "c", registro que o incidente de deslocamento de competência encontra previsão no § 5º do artigo 109 da Constituição Federal e que de acordo com a norma constitucional cabe ao Procurador-Geral da República, nas hipóteses de grave violação dos direitos humanos, suscitar perante o Superior Tribunal de Justiça tal incidente com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

10. Ao Exmo. Coordenador Geral de Polícia Fazendária para conhecimento e deliberação.

THIAGO MARCANTONIO FERREIRA

Delegado de Polícia Federal
Chefe da DMAPH/CGPFAZ/DICOR/PF



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MARCANTONIO FERREIRA, Chefe de Divisão**, em 15/10/2019, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12574182** e o código CRC **C66025D1**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

Assunto: **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO PARLAMENTAR (RIC) Nº 1324/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL JESUS SÉRGIO - PDT/AC**

Destino: **SETOR DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS - SEAPRO/GAB/PF**

Processo: **08027.000882/2019-35**

Interessado: **AFEPAR/MJ**

1. Senhor Diretor-Geral ciente e de acordo com o Despacho DMAPH/CGPFAZ/DICOR/PF 12574182.
2. De ordem, encaminhe-se à AFEPAR/MJSP, mediante disponibilização de acesso externo, para conhecimento quanto aos apontamentos realizados pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado no citado Despacho.
3. Após, restitua-se à DICOR/PF para conhecimento.

UMBERTO RAMOS RODRIGUES

Delegado de Polícia Federal
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **UMBERTO RAMOS RODRIGUES, Chefe de Gabinete**, em 16/10/2019, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12717166** e o código CRC **F3FEA4A1**.

Referência: Processo nº 08027.000882/2019-35

SEI nº 12717166